



Tribunal inicia instalação de novos kits de gravação de audiência.



A partir de abril o Tribunal iniciou a instalação de novos kits de gravação de audiência nas unidades judiciais.

Os kits foram adquiridos através de processo licitatório e permitirão a gravação das audiências, de modo a possibilitar maior celeridade aos processos.

Além da gravação das audiências, será possível utilizar os novos kits para a implantação de salas de depoimento sem danos, permitindo que crianças e adolescentes sejam ouvidos em condições adequadas à preservação do sigilo e da integridade emocional.

Tribunal instala sala de depoimento sem dano em Itapecurú-mirim.

O Tribunal instalou, em abril de 2017, sala de depoimento sem dano na comarca de Itapecurú-mirim.



A medida atende à Resolução nº 33 do Conselho Nacional de Justiça e consiste na oitiva judicial de crianças e adolescentes que foram supostamente vítimas de crimes contra a dignidade sexual por meio de um procedimento especial que resguarda a intimidade do menor.

O objetivo principal desse programa é o de evitar que a vítima seja submetida a um novo trauma, que é o de ter que relatar um episódio triste e difícil de sua vida para pessoas estranhas, em um ambiente formal, frio e, para ela, assustador.

Tribunal aprova resolução para política de segurança da informação no Judiciário.

O Tribunal de Justiça do Maranhão regulamentou – no âmbito do Judiciário estadual – a Política de Segurança da Informação, estabelecendo regras para controlar o acesso à infraestrutura de comunicação e ao sistema de armazenamento, garantindo a integridade, autenticidade, confidencialidade e a disponibilidade das informações, na Justiça maranhense.

A norma, estabelecida na Resolução 13/2017, visa evitar a utilização indevida das informações e proteger o ambiente computacional contra ameaças advindas de acessos à rede corporativa e aos ativos de informática do Judiciário e esta alinhada com a Resolução nº 211/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

A Política de Segurança da Informação do TJMA atinge magistrados, servidores efetivos e requisitados, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo, estagiários, prestadores de serviço, colaboradores e usuários externos que fazem uso dos ativos de informática do Judiciário.

Tribunal de Justiça do Maranhão

Des. Cleones Carvalho Cunha
Presidente

Desa. Maria das Graças Duarte Castro
Mendes
Vice-presidente

Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves
Cruz
Corregedora-Geral da Justiça

Comissão de Informática

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho

Diretoria de Informática e Automação

(98) 3198-4580
✉ dirinformatica@tjma.jus.br

Atendimento ao Usuário de Informática

(98) 3194-6600
✉ informatica@tjma.jus.br